



deBatEs#1

VI CONFERÊNCIA  
NACIONAL DE JOVENS  
DO BLOCO  
DE ESQUERDA

18 E 19 MARÇO 2017

COIMBRA

# ÍNDICE

1.	REGULAMENTO .....	03
2.	PROGRAMA .....	06
3.	MOÇÃO D - POR UM BLOCO SOCIALISTA E DEMOCRÁTICO .....	07
4.	MOÇÃO X - DESTRUIR O CONFORMISMO, SABOTAR A HEGEMONIA .....	15
5.	INFORMAÇÕES ÚTEIS .....	26
6.	CALENDÁRIO DE DEBATES DISTRITAIS .....	27

# REGULAMENTO DA VI CONFERÊNCIA NACIONAL DE JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA

## I. CONVOCAÇÃO

- 1.1. O processo preparatório da VI Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda inicia-se com a sua convocação, pela Mesa Nacional, a 8 de Janeiro de 2017.
- 1.2. A VI Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda é convocada para os dias 18 e 19 de março de 2017.
- 1.3. A abertura do processo da Conferência Nacional é assinalada pela comunicação, por e-mail e carta, a todos/as os/as aderentes dos prazos e procedimentos de debate e votação e da sessão final da conferência nacional.

## 2. PARTICIPANTES

- 2.1 São participantes da VI Conferência de Jovens do Bloco de Esquerda todos/as os/as aderentes do Bloco até aos 26 anos e que tenham pago a sua quota relativa ao ano de 2017 até à Conferência.
- 2.2. Podem participar como convidados/as sem direito a voto ou intervenção todos/as aderentes do Bloco de Esquerda.

## 3. COMISSÃO ORGANIZADORA

- 3.1. A Mesa Nacional nomeia como Comissão Organizadora da Conferência (COC) Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda as/os camaradas Isabel Pires, Gonçalo Pessa e Samuel Cardoso.
- 3.2. A partir da entrega de listas concorrentes à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda, cada uma designará um/a representante nesta comissão organizadora.
- 3.3. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da VI Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras: a logística, informação e finanças da Conferência; o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabelecidos no presente regulamento; a receção e edição dos documentos preparatórios através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias e a sistematização da informação sobre os debates preparatórios.

#### **4. MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA E LISTAS CANDIDATAS À COORDENADORA NACIONAL DE JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA**

4.1. Só são admitidas moções de orientação que sustentem lista candidata à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda e que tenham um limite máximo de 25.000 caracteres e sejam subscritas por um mínimo de 25 aderentes com menos de 26 anos.

4.2. Só são admitidas listas candidatas à coordenadora nacional de jovens do Bloco de Esquerda compostas por um máximo de 11 efetivos/as e 9 suplentes, que cumpram o critério da paridade e que sejam sustentadas por moções de orientação política.

4.3. O prazo de entrega de moções e listas termina às 24h do dia 23 de fevereiro.

4.4. As moções serão publicadas no sítio do Bloco e enviadas por e-mail a todos/as os/as aderentes até aos 26 anos no dia 24 de fevereiro.

#### **5. TEXTOS DE CONTRIBUTO**

5.1. Os textos de contributo podem ser subscritos por uma ou mais aderentes com menos de 26 anos, tendo que ter um máximo de 4000 caracteres.

5.2. O prazo de entrega dos textos de contributo é dia 11 de março, que serão distribuídos em boletim de debates via e-mail a todos os aderentes até ao dia 12 de março.

#### **6. DEBATES PREPARATÓRIOS**

6.1. Os debates das moções decorrerão de 3 a 12 de março.

#### **7. VI CONFERÊNCIA NACIONAL**

7.1. A VI Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda realiza-se a 18 e 19 de março, em Coimbra.

7.2. A VI Conferência é aberta a todos os participantes nos termos do artigo 2º.

7.3. A VI Conferência nacional tem a seguinte ordem de trabalhos:

##### **DIA 18 DE MARÇO:**

9h30: Credenciação

10h: Abertura

10h30 - 13h: Sessões de discussão temáticas

13h - 14h30: Almoço

14h30 - 18h00: Debate das moções apresentadas

20h: Jantar

23h: Concerto e festa

**DIA 19 DE MARÇO:**

10h30: Encerramento do debate entre moções

11h30: Votações

12h: Encerramento da VI Conferência Nacional (Catarina Martins)

**8. CASOS OMISSOS**

8.1. Todos os casos omissos serão decididos pela Comissão Organizadora da Conferência (COC).

Calendário simplificado:

**23 DE FEVEREIRO:** Data limite de entrega de moções e listas

**11 DE MARÇO:** Data limite de entrega de textos de contributo

**3 A 12 DE MARÇO:** Debates preparatórios entre as listas nos vários distritos

**18 E 19 DE MARÇO:** VI Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

# PROGRAMA

ESCOLA AVELAR BROTERO, COIMBRA

**DIA 17, 22H - 23H:** Chegada e credenciação

## **DIA 18 DE MARÇO:**

10h30 - credenciação

11h - Abertura (COC e Catarina Martins)

12h15 - Almoço

13h30 - 16h00 sessões temáticas

Espaço feminista (grupo feminista) | Construir alternativas na educação

Mobilizar contra a precariedade

16h15 - 19h | Abertura e debate de moções

20h - jantar

23h - festa

## **DIA 19 DE MARÇO**

10h - continuação e encerramento de debate de moções

10h15 - encerramento de credenciação

10h30/11h30 - votação em urna

11h30 - votação de moções

12h - Encerramento

13h - Almoço

15h Partida

# MOÇÃO D POR UM BLOCO SOCIALISTA E DEMOCRÁTICO

## INTRODUÇÃO

Nós, os e as jovens nascidas após a queda do muro de Berlim, crescemos durante o que se pode considerar o período áureo da integração europeia, entrada na moeda-única, fundos estruturais europeus, enquanto concomitantemente se dava o processo de reconfiguração económica necessário para satisfazer os interesses dos 1% mais ricos europeus à custa dos restantes 99%. Na escola prometeram-nos um futuro brilhante desde que estudássemos. Em 2007 essa ilusão foi estilhaçada pela crise.

Somos a geração dos emigrantes, das escolas deterioradas, das listas de espera intermináveis para a saúde, da comida enlatada, da permanência em casa dos pais, dos trabalhos precários. Somos uma geração que não tem nenhum futuro no capitalismo, por isso uma geração que não tem nada a perder. Se este sistema não nos dá o que precisamos, construiremos outro!

## OS JOVENS E A CRISE

A profunda crise em que se encontra o capitalismo gerou a primeira geração de jovens trabalhadores que, desde a Segunda Guerra Mundial, vive em piores condições do que aquelas que os seus pais conheceram.

Nós, jovens estudantes e trabalhadores, sonhamos hoje com coisas tão elementares como trabalho, habitação, mobilidade ou acesso à educação e serviços de saúde.

As nossas famílias são forçadas a abdicar do mais elementar bem-estar e a fazer toda a espécie de sacrifícios para suportar os nossos estudos. E sem qualquer controlo sobre o rumo da educação, os estudantes têm visto as propinas do ensino superior público serem aumentadas ano após ano, atingindo hoje cerca de 1000 euros — valor que é ainda superado por todas as taxas e juros que o acompanham. A universidade torna-se cada vez mais inacessível, cada vez mais um privilégio dos poucos que podem pagar o preço a que são vendidas a Cultura e a Ciência. E, por isso, a universidade torna-se cada vez menos democrática, cada vez mais próxima do modelo anterior à Revolução Portuguesa.<sup>[1]</sup>

Com ou sem licenciatura, os trabalhos que o mercado nos reserva são de salários miseráveis, implicam aceitar condições de mais extrema precariedade e, não raras vezes, viver sob o assédio e violência psicológica de patrões que violam impunemente as poucas leis de protecção laboral que ainda restam por “flexibilizar”.

A emigração é elevada a medida política pelos sucessivos governos.<sup>[2]</sup> Somos sistemática e involuntariamente exportados como mercadoria, afastados de todas as pessoas que amamos. Os capitalistas, não contentes com transformar a Educação e a Ciência em mercadorias, e não satisfeitos em alienar

os produtos do nosso estudo assim como os do nosso trabalho, alienam ainda os nossos próprios corpos, rompem todos os laços afectivos dos explorados.

Mais ainda, este capitalismo em crise acirra todas as formas de opressão.

O metódico desmantelamento e privatização do Estado Social significam a transferência de tarefas do Estado para a família e, numa sociedade profundamente patriarcal, isto é o mesmo que dizer a transferência de tarefas do Estado para a mulher. Sabemos também que as mulheres são empregadas principalmente no sector dos serviços públicos e que, por isso mesmo, são as principais afectadas pela destruição do Estado Social, sendo empurradas para o desemprego e perdendo a sua independência económica. A violência machista tem assim todas as condições para aumentar e é conscientemente usada pelos exploradores como ferramenta para intensificar a exploração.

Onde há um aumento da violência machista, há um aumento dos seus desdobramentos em LGBTfobia. As pessoas LGBTQI+ são mais vulneráveis a situações de violência, desemprego e precariedade.

[3]

O racismo grassa também. Uma das saídas que a burguesia encontra para a crise é, historicamente, a guerra. A multiplicação de conflitos imperialistas (Líbia, Síria, Ucrânia) significa uma crise de refugiados sem precedentes, [4] movimentos massivos de população, a difusão de notícias e imagens que reduzem os trabalhadores dos povos neocolonizados a caricaturas.

Os jovens negros, especialmente nos bairros periféricos de Lisboa, são intimidados e brutalizados impunemente pela polícia. Bairros inteiros têm sido demolidos ao longo dos últimos anos, num processo de reorganização da cidade pelo grande capital. Na Amadora, em bairros como o 6 de Maio e enquanto decorre a VI Conferência Nacional de Jovens, estarão a ser demolidas casas e despejadas famílias negras para que fundos de especulação imobiliária possam aumentar os seus lucros.

É neste ambiente que a extrema-direita ergue a sua hedionda cabeça por toda a Europa e nos Estados Unidos da América, onde um declarado machista e racista é hoje o presidente, enquanto candidatos da mesma laia, pela Europa, procuram ganhar para o seu programa também os jovens miserabilizados pelo sistema.

A questão ganha contornos ainda mais tenebrosos quando tomamos em conta o ambiente. A manutenção do capitalismo tornou-se uma impossibilidade ecológica. O socialismo — uma sociedade onde a produção esteja ao serviço das pessoas e não do lucro — é hoje, mais do que nunca, a organização da sociedade de acordo com os interesses dos explorados e oprimidos: é a única alternativa a uma catástrofe absoluta.

Os jovens do Bloco de Esquerda não podem abster-se da luta por essa nova sociedade, foi para lutar que nos juntámos ao Bloco!

## **CONSTRUIR O BLOCO DE ESQUERDA**

Para a luta, são necessárias armas. Estaremos desarmados enquanto não tivermos uma organização capaz de enfrentar o capital e o Estado nas escolas, nas universidades, nas empresas e nas ruas.

Até aqui, enquanto jovens do Bloco de Esquerda, a parte essencial do Partido, permanecemos frouxamente organizados, sem núcleos de militantes, sem reuniões frequentes de discussão política, sem programas de formação política, sem contacto com o movimento dos trabalhadores, sem capacidade de actuação ou de mobilização. De tantos e tantas jovens que aderem ao Partido, apenas uma pequena parte é integrada e incentivada a uma militância contínua e dinâmica, sendo inúmeros os novos rostos que aparecem para de seguida se sumirem; o período pós-eleitoral levou a um aumento do número de adesões de jovens, mas fracassou-se redondamente no seu acolhimento e motivação, como o comprova um simples olhar para os números da participação eleitoral da X Convenção Nacional ou da participação em reuniões de Jovens.

No último ano, o grupo de jovens que está na origem deste projecto tentou por todos os meios disponíveis combater a desorganização dos jovens. Entre tantas outras coisas, foi fundado o Pão & Cravos, foram iniciadas as “Leituras Erráticas”, foi lançado um ciclo de debates sobre os pensadores socialistas, travaram-se batalhas políticas pelo aumento da frequência das reuniões e pelo enriquecimento do seu conteúdo e, acima de tudo, foi estabelecido contacto com o SETC (Sindicato dos Estivadores) e organizado um grupo de solidariedade com a greve do Porto de Lisboa que ocorreu entre Abril e Junho de 2016, o “Estudantes Apoiam os Estivadores”.

Tudo isto permitiu-nos compreender melhor os desafios que enfrentamos. Se pretendemos evitar erros desnecessários, as experiências de luta dos jovens e estudantes de todos os países devem servir igualmente de lições para nós.

Na África do Sul, os protestos contra as propinas, com o movimento Fees Must Fall, já deram frutos e deixam bem claro o potencial transformador dos jovens e estudantes quando se sublevam em massa, mesmo que dotados de débeis estruturas organizativas.

No Brasil, as ondas de ocupações de escolas e faculdades mostraram não só que os estudantes e trabalhadores, mesmo que organizados apenas a nível local, têm suficiente força para tomar o controlo das instituições de ensino, como ainda que as escolas e faculdades funcionam muito melhor sob esse controlo democrático de estudantes e trabalhadores.

Mas é entre os nossos mais imediatos vizinhos, os jovens do Estado Espanhol, em condições idênticas às que vivemos em Portugal, que temos exemplos de luta na sua forma mais organizada. Foi no Estado Espanhol que, em 2016, duas greves massivas de estudantes, convocadas e incansavelmente organizadas pelos camaradas do Sindicato de Estudantes, forçaram o governo do Estado Espanhol a recuar nas medidas de mercadorização e elitização do ensino. Esta vitória dependeu, como é óbvio, da mais séria organização de núcleos e assembleias por todo o território, da mais estrita articulação entre esses núcleos e assembleias e, acima de tudo, de um programa político claro e capaz de construir pontes com o movimento sindical.

O que precisamos, em Portugal, quando o governo preside à privatização de faculdades sob a capa do “estatuto de fundação”, é de uma organização igualmente robusta e combativa.

#### **A LISTA D DEFENDE:**

- A inclusão dos órgãos organizativos dos jovens (como a Coordenadora Nacional de Jovens) nos

estatutos do Bloco de Esquerda, como parte integrante e reconhecida do Partido;

- A criação de núcleos em todas as localidades, escolas ou faculdades onde existam jovens do Bloco;
- O fim do monopólio de contactos dos dirigentes! A Coordenadora deve facilitar e promover o contacto entre camaradas numa mesma localidade, escola ou faculdade, disponibilizando os seus contactos, quando solicitados, e com as devidas autorizações; criando mailing lists ou outras plataformas digitais adequadas enquanto espaços de coordenação;
- Que todos os cargos da Coordenadora Nacional de Jovens sejam revogáveis e escrutinados pelas bases, tal como devem ser em qualquer organização de facto democrática;
- Que a Coordenadora disponibilize as ordens de trabalho das futuras reuniões, possibilitando o contributo escrito de camaradas que desejam contribuir;
- Que a Coordenadora apresente, por todos os meios próprios de divulgação às bases, relatórios detalhados das suas reuniões e de toda a actividade de representação dos jovens, a nível nacional ou internacional;
- Que a Coordenadora crie uma newsletter com periodicidade mensal, de forma a divulgar a agenda do partido, eventos futuros e próximas acções laborais, tais como greves, manifestações e piquetes de greve;
- Que a Coordenadora mantenha uma publicação periódica dos jovens, o Pão & Cravos, que chegue a todos os núcleos e anime a mais livre e democrática discussão e reflexão política através dos seus conteúdos;
- Que a Coordenadora crie uma plataforma online onde haja o espaço para divulgação de artigos e outras contribuições escritas dos camaradas, funcionando como espaço aberto de discussão e formação política;
- Que todos os jovens do partido tenham oportunidade de escrever para a publicação, seja qual for a corrente política da esquerda que assumem;
- Que a Coordenadora Nacional de Jovens tenha, como sua principal função, a coordenação dos jovens a nível nacional (como o próprio nome deveria tornar claro!) e que, nesse sentido, garanta as condições para o funcionamento de todos os núcleos de jovens e fomenta a sua criação e expansão por todo o território nacional;
- Que a Coordenadora se comprometa a trabalhar com organizações políticas internacionais, quer seja em campanhas de solidariedade ou em acções concretas, permitindo o contacto com militantes e activistas que não residem apenas em Portugal.

## **DEFENDER UM ENSINO GRATUITO E DE QUALIDADE**

A Constituição da República Portuguesa consagra o direito à educação “tendencialmente” gratuita e de qualidade. Mas os jovens estudantes já pagam propinas suficientemente altas para saber que a Constituição não passa de papel carimbado a menos que seja defendida pelos explorados e oprimidos.

O governo PS não sente qualquer necessidade de ceder à pressão parlamentar que sofre, visto que a ameaça de um governo PSD-CDS basta para que a Esquerda o continue a suportar, apesar de todas as promessas incumpridas. A luta pelo direito à educação tem, portanto, de ser feita fora do parlamento, sob pena de não ser feita de todo.

Nesta luta, as Direcções das Associações de Estudantes são um instrumento útil para a mobilização dos estudantes, contudo são incapazes de passar disso. Nos últimos quarenta anos, os estudantes foram paulatinamente despojados de todo o poder nas universidades. Nenhum órgão democrático conquistado na Revolução Portuguesa nos resta. Assim, o desafio que temos pela frente é construir os espaços democráticos que nos permitirão tomar a universidade nas nossas mãos! As mãos de milhares de estudantes e trabalhadores que pensam, debatem, estudam, leccionam, investigam, cozinham, limpam, consertam, constroem e garantem a segurança e funcionamento das universidades todos os dias.

Mas esta luta não diz respeito apenas aos jovens do Bloco de Esquerda. Será necessário mobilizar e organizar jovens e estudantes também de fora do Partido e mesmo de outros partidos, trabalhar lado-a-lado com todos e todas que se batem por uma educação democrática. Para isso, são indispensáveis organizações amplas, capazes de agregar os estudantes à volta de um programa político claro e focado na conquista da educação gratuita e de qualidade para todos, e em primeiro lugar na defesa das universidades públicas e na reversão dos processos de privatização que estão em andamento com a passagem de universidades a “fundação”.

A criação de organizações estudantis, não sendo tarefa exclusiva dos jovens do Bloco de Esquerda, é no entanto uma tarefa na qual temos a obrigação de nos envolver plenamente se nos batemos por uma sociedade nova e igualitária.

#### **A LISTA D DEFENDE:**

- O envolvimento dos núcleos de jovens do Bloco de Esquerda na criação de organizações de estudantes amplas e democráticas, ao nível das escolas e faculdades, capazes de agregar os estudantes sob um programa de luta pelo ensino gratuito, de qualidade e sob o controlo democrático dos estudantes e trabalhadores;
- A gradual articulação destas organizações até que seja possível fazer acções de dimensão nacional e até em articulação internacional;
- O combate ao sectarismo na esquerda, sem o qual será impossível construir organizações estudantis deste tipo.

#### **ENFRENTAR QUEM NOS EXPLORA**

A nova geração de trabalhadores, que vive entre o desemprego e a precariedade, é aquela que hoje enche o sector económico dos serviços. Grandes superfícies comerciais, cadeias de restaurantes fast-food, call-centers, etc., aqui se encontra a esmagadora maioria dos jovens explorados.

Este sector, no entanto, é aquele em que os trabalhadores se encontram menos organizados face ao sistema capitalista. A maioria dos jovens trabalhadores, de facto, não tem sindicatos que lhes permitam lutar colectivamente.

Unidas, as centenas de milhares de jovens trabalhadores deste sector seriam uma força colossal, capazes de fazer frente não só aos governos mas à própria classe capitalista. Unidos, seríamos capazes de parar a produção exigindo direitos, seríamos capazes de tomar o destino nas nossas mãos!

Tal como no Partido e tal como nas universidades, a tarefa que se impõe é também aqui a da construção de instrumentos políticos para a luta económica. A Coordenadora Nacional de Jovens deverá ter como uma das suas funções apoiar os jovens trabalhadores que militam no Bloco de Esquerda, acompanhando-os na construção destes instrumentos.

#### **A LISTA D DEFENDE:**

- A orientação dos jovens do Bloco de Esquerda para a actividade militante nos locais de trabalho;
- A criação e o fortalecimento de laços com organizações de trabalhadores por todo o país e o envolvimento em campanhas de solidariedade com as lutas de trabalhadores;
- O lançamento de uma campanha contra a precariedade que procure unir, num esforço conjunto, todas as forças de esquerda e sindicatos;
- A aproximação com outros Grupos de Trabalho do partido, coordenando acções e programas.

#### **COMBATER TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO**

O Bloco de Esquerda deve ser uma organização capaz de integrar os explorados e oprimidos, um espaço onde se forjem armas colectivas para lutar pelo socialismo, para derrubar sectarismos e divisões.

No entanto, como facilmente verificamos, os mais explorados e oprimidos só muito dificilmente se encontram nas poucas reuniões de jovens que temos.

A Coordenadora Nacional de Jovens tem a responsabilidade de alterar isto, e é a isso que se propõe a Lista D.

Onde estão os trabalhadores precários da nossa geração quando entramos nas reuniões de jovens do Porto e de Lisboa? Onde estão os jovens da periferia que pagam dezenas e até mais de uma centena de euros pelo direito a entrar na cidade? E onde estão os jovens negros que a polícia brutaliza e que o racismo empurra para os trabalhos com a mais asfixiante taxa de exploração? Onde estão os imigrantes e filhos de imigrantes? Onde estão as pessoas LGBTQI+ mais pobres?

Com apenas um núcleo de jovens em Lisboa e outro no Porto, com reuniões nocturnas no centro da cidade, é impossível encontrar estes jovens nas reuniões que organizamos. A actividade do Partido fica circunscrita a quem vive no centro da cidade, o Bloco acaba excluindo os jovens mais pobres.

A única solução para resolver este problema é multiplicar os núcleos, fazer o Bloco crescer também nas periferias das cidades, criar condições para a organização dos jovens em todos os distritos, envolver os mais explorados e oprimidos no trabalho militante, nas posições de direcção como a Coordenadora, na luta unida de todos os explorados e oprimidos pelo socialismo.

#### **A LISTA D DEFENDE:**

- Que a Coordenadora deve dedicar-se com especial atenção à construção de núcleos de jovens nas zonas onde se concentram as populações mais exploradas e oprimidas, como os bairros da periferia de Lisboa;
- A produção, em paralelo com a publicação periódica dos jovens (Pão & Cravos), de material de formação política sobre história do movimento socialista e todas as lutas contra a opressão machista, homofóbica, racista e de qualquer outro carácter;
- A solidariedade mais activa possível com todos os grupos de activistas anti-racistas, feministas, LGBTQI+, defesa do ambiente e dos direitos dos animais, pelos imigrantes ou que combatam qualquer forma de opressão;
- A orientação dos jovens para a militância nos movimentos e colectivos de activismo dedicados a combater formas de opressão, de forma a enriquecer a política do Bloco de Esquerda com as experiências dos movimentos, e a política dos movimentos com a experiência do Bloco de Esquerda;
- A criação de debates internos sobre feminismo e luta LGBTQI+, no sentido de envolver o máximo de militantes na melhoria de uma cultura de organização que contrarie tendências machistas e sexistas, assim como tendências de menor participação da mulher e das pessoas LGBTQI+ na intervenção política.

## **POR UM BLOCO DE ESQUERDA SOCIALISTA E DEMOCRÁTICO**

Depois do processo de expulsão a que foram submetidos vários camaradas jovens do Bloco de Esquerda, não restam dúvidas de que o Partido está doente. A democracia interna nunca esteve tão débil como está hoje. E não é nenhum mistério a razão disso: sem órgãos democráticos de base, sem espaços de militância, é impossível manter o funcionamento democrático.

A política da direcção é sustentada pelo esvaziamento dos órgãos, pela liquidação dos núcleos e dos espaços de militância, e todos os que divergem dela são caluniados ou, agora, expulsos.

Este não é o rumo que o partido deve tomar! A Lista D está comprometida com a democracia interna, com a liberdade de pensamento e organização no partido. Todas as correntes políticas da esquerda devem ser bem-vindas ao Bloco e devem encontrar neste partido-movimento o espaço mais rico para o seu desenvolvimento político, no debate com as restantes correntes políticas. Só uma organização deste tipo pode de facto servir de instrumento de emancipação para uma classe trabalhadora tão heterogénea como a que temos hoje em Portugal. Só uma organização plural e democrática pode unir todos os explorados e oprimidos na luta contra o capitalismo!

<sup>[1]</sup> Ver Jornal Avante, Dezembro 1941 (VI, série 5), sobre a luta dos estudantes contra o aumento das propinas durante o fascismo e Jornal A Cabra, Julho 2012, sobre os 20 anos de protestos contra as propinas desde a sua restituição em 1992

<sup>[2]</sup> Pordata: Emigrantes: total e por tipo (1970 a 2015)

<sup>[3]</sup> ILGA Portugal: Números da Violência contra as Pessoas LGBT em 2014

<sup>[4]</sup> Organização Internacional para as Migrações: Global Migration Trends Factsheet (2015)

## LISTA D

1. Minerva Martins, Lisboa, Lisboa, 11371
2. Tiago Toledo, Sintra, Lisboa, 11551
3. Luís Bento, Rio Maior, Santarém, 11133
4. Tomás De Sá Nunes, Lisboa, Lisboa, 10764
5. Mariana Mourinho, Lisboa, Lisboa, 11503
6. João Santos, Setúbal, Setúbal, 9393
7. Ana Gomes Branco, Caldas da Rainha, Leiria, 9901
8. Jorge Branco, Sobral de Monte Agraço, Lisboa, 12576
9. Eliana Oliveira, Montemor-o-Velho, Coimbra, 12375
10. Bianca Almeida, Lisboa, Lisboa, 12256

### SUBSCRITORES:

Alexandre Fernandes, Lisboa  
Ana Costa, Lisboa  
Ana Gomes Branco, Leiria  
André Menor, Lisboa  
António Coelho, Lisboa  
António Tomás, Porto  
Bianca Almeida, Lisboa  
David Cavaco, Lisboa  
David Gomes, Lisboa  
Eduardo Castro, Bragança  
Eliana Oliveira, Coimbra  
Francisco Pachecho, Porto  
João Porfírio, Lisboa  
João Santos, Setúbal  
Jorge Branco, Lisboa  
Leonardo Costa, Porto  
Luís Bento, Santarém  
Luís Rei, Lisboa  
Manuel Botelho, Lisboa  
Mariana Mourinho, Lisboa  
Minerva Martins, Lisboa  
Miguel Ângelo, Lisboa  
Patrícia Gomes, Lisboa  
Tiago Toledo, Lisboa  
Tomás De Sá Nunes, Lisboa

# MOÇÃO X DESTRUIR O CONFORMISMO, SABOTAR A HEGEMONIA

## UMA GERAÇÃO ESMAGADA

Uma geração inteira de pessoas que estudam ou querem estudar, que trabalham ou querem trabalhar, enfrenta hoje uma brutal precariedade na vida, que adia para um futuro incerto os seus projetos. Recusamos esperar pelo futuro: é preciso lutar pelo presente e para isso é indispensável que nos organizemos coletivamente. No Bloco, escolhemos a resistência militante e o contra-ataque socialista como formas para derrubar a barbárie capitalista.

Consideramos ser premente a criação e o reforço de movimentos nas várias frentes que nos caracterizam. No que toca à Educação, está por construir outro caminho para uma escola democrática, inclusiva e pedagogicamente adequada ao modelo de sociedade mais justa e emancipada que queremos.

No Ensino Superior, os sucessivos recuos evidenciam a urgência de organizações estudantis que contestem a existência de propinas, que reforcem a luta contra o modelo fundacional e que construam alternativas a um financiamento privado que coloca as nossas vidas nas mãos dos grandes interesses económicos.

O direito ao trabalho é uma miragem: o que existe é cada vez mais precário e a falta de emprego empurra-nos para a emigração. É necessária a responsabilização do Estado na criação de políticas e condições que permitam a existência de um mercado laboral digno.

A legalização do trabalho sexual continua a ser uma das batalhas mais difíceis nesta proteção da dignidade e direitos laborais, sendo igualmente essencial garantirmos o acesso à saúde e à segurança no trabalho dxs trabalhadorxs sexuais. Uma sociedade justa é também uma sociedade que se possa desenvolver protegendo o ecossistema em que se insere. A nossa luta é também ecossocialista, pretendendo construir alternativas ao capitalismo que permitam que possamos viver neste mundo de forma sustentável.

Na habitação, recusamos a mercantilização deste direito que para nós terá de ser universal. Na luta emancipatória e no combate às discriminações, rejeitamos condicionar-nos por qualquer ideal imposto de normalidade. Reivindicamos o direito a fazer as nossas escolhas com dignidade - desde a maneira como queremos viver à maneira como queremos decidir morrer. A legalização das drogas e da eutanásia são bandeiras que não deixaremos cair.

Espelhamos neste documento muitas das nossas lutas, sabendo que existem tantas outras para as quais devemos continuar a criar alternativas. Temos um mundo novo para construir e esse mundo contará com todas elas.

## I. EDUCAÇÃO BÁSICA E SECUNDÁRIA

A Revolução dos Cravos e o PREC que se lhe seguiu transformaram a política portuguesa e permitiram enormes avanços em diversas áreas, de que a educação é um dos bons exemplos. No entanto, sucessivos governos do centrão têm vindo a esvaziar o sentido das reivindicações e anseios populares, desvalorizando setores fundamentais como a educação. O governo do Partido Socialista liderado por José Sócrates deu um forte contributo nesta política de degradação. O ataque aos direitos laborais dos professorxs e o esquema de avaliação lançado por Maria de Lurdes Rodrigues (então Ministra da Educação) constituíram um feroz ataque à Escola Pública, que hoje se prolonga e aprofunda.

As medidas pedagógicas gravosas, como é exemplo a criação das aulas de substituição, serviram somente para um retrocesso a nível pedagógico. Uma escola virada para o espírito crítico e para a transformação social não pode admitir que quem estuda não tenha liberdade de escolher o que fazer quando não tem aulas.

É, por isso, que a discussão sobre novas políticas pedagógicas é essencial: um debate longo, mas que merece a dedicação de todos que, à esquerda, querem formar cidadãos e cidadãs livres. Neste âmbito, há alguns exemplos marcantes do que está mal e queremos mudar.

Desde 1984 que existe legislação sobre Educação Sexual nas escolas. A verdade é que ela nunca foi efetivada. A educação sexual, tal como as disciplinas que Nuno Crato eliminou (como a Área de Projeto ou a Formação Cívica) são basilares para uma formação que vá para além da Língua Portuguesa e da Matemática. Uma escola voltada para a formação humanista e integral deve recusar uma visão fechada, onde o único objetivo é a preparação para integrar um mercado de trabalho cada vez mais precário e desigual.

O programa «Parque Escolar» apresentou como objetivo reabilitar os estabelecimentos de ensino básico e secundário por todo o país. O espírito da medida foi positivo, a prática, no final de contas, apresentou outros resultados. A promiscuidade entre dinheiros públicos e interesses privados apresentou resultados danosos: quando algumas escolas contavam com material de ornamentação de milhares de euros, o resto do país gritava por tetos que não deixassem entrar água da chuva.

Houve erros na gestão pública deste programa, mas perante a falta de transparência e de envolvimento das populações e da comunidade escolar nos processos de decisão, quem pagou os erros foi esta última. Conhecendo a deterioração de condições de tantas escolas por este país, devemos pugnar pela luta por um investimento público transparente e de qualidade, que sirva de facto para melhores as condições de quem estuda e trabalha nas escolas.

Consideramos a discussão sobre o Modelo de Gestão das Escolas um tema central para a luta dos próximos tempos. Não se podem formar jovens para a democracia quando a própria escola é um espaço antidemocrático, com falta de poder de decisão e de portas fechadas a alternativas. Garantir que a imagem do diretor todo poderoso é substituída por órgãos coletivos de decisão onde os estudantes têm o pleno direito a participar tem de ser uma prioridade para os Jovens do Bloco.

Os projetos-piloto de municipalização do ensino, que se agravarão com o novo diploma de descentralização proposto pelo Governo do Partido Socialista, são terreno fértil para uma maior precarização das situações laborais de professorxs e funcionárixs, bem como um perigo para a definição de con-

teúdos curriculares, pois parte deles estarão sob alçada dos municípios e deveriam ser da responsabilidade do Ministério da Educação.

## 2. ENSINO SUPERIOR

Reconhecemos o atual modelo de financiamento do Ensino Superior como um dos principais problemas que este sector enfrenta. É inaceitável o peso que as propinas têm hoje para a sobrevivência das faculdades, mas sobretudo para as famílias, sendo um dos valores mais altos da União Europeia. Batermo-nos pelo fim das propinas, pela gratuidade do ensino enquanto direito fundamental, recusando a elitização do ensino superior, contra um mecanismo cruel que sobrecarrega quem tem menos possibilidades.

Recusamos a tendência, que se agravou com este governo, de um modelo de financiamento privado por via do aprofundamento do regime fundacional, que tem como principal objetivo mercantilizar ainda mais o ensino e desresponsabilizar o Estado das suas obrigações para com aqueles que estudam ou querem estudar.

Por outro lado, o regime fundacional contribui também para o aprofundamento da precariedade dos docentes. É urgente acabar com a quase escravização de investigadores, bolsistas e alunos que hoje dão aulas a troco de crédito ou nem são pagos pelo seu trabalho.

O reforço da Ação Social Escolar é também uma prioridade. Importa que todos os estudantes do Ensino Superior tenham acesso a uma oferta pública de residências universitárias, cantinas públicas com qualidade e livres das concessões a empresas privadas (em que o preço da senha de alimentação não aumente de ano para ano), direito a consultas médicas gratuitas (nomeadamente consultas gratuitas de psicologia) e, acima de tudo, bolsas de ação social para todos que delas necessitarem.

É urgente rever o regulamento de atribuição de bolsas de ação social de modo a garantir uma maior abrangência, que garanta que ninguém fica de fora. As bolsas não podem servir apenas para pagar propinas, e a natureza deste mecanismo deverá ser vocacionada para apoiar os estudantes nas despesas do dia a dia, desde o passe social dos transportes (que deveria ser gratuito para toda a gente) ao material escolar básico.

No que toca ao funcionamento dos espaços da faculdade e modelos de relacionamento, importa recusar a praxe e apoiar a criação de modelos alternativos de integração de novos estudantes. O ensino superior é o embrião de um futuro de sociedade, onde se pode e deve criar o projeto piloto de uma sociedade melhor. A integração dos novos alunos não pode passar pelo incentivo ao pensamento acrítico e práticas hierarquizadas, que replicam as opressões do resto da sociedade. Defendemos o apoio desinteressado, sem tentativas “controlistas” e paternalistas, a uma integração inclusiva, horizontal e crítica.

A organização dos estudantes é urgente para contestar a existência de propinas (bem como todo o tipo de taxas e emolumentos no ensino superior), para o reforço da luta contra a transformação das nossas universidades públicas em fundações de direito privado, para construir e debater modelos de ensino cada vez mais compatíveis com a sociedade que queremos. A mercantilização do Ensino Superior fecha horizontes e alternativas. É urgente lembrar que não somos matéria-prima a ser moldada

consoante as necessidades dos interesses privados.

Embora caiba à Coordenadora a interligação, o apoio e o incentivo a essa intervenção dxs membros do Bloco nos seus locais de estudo, consideramos que xs ativistas de cada faculdade ou instituto saberão melhor qual a estratégia que deve ser adotada. Seja através da disputa de Associações de Estudantes, pela criação de coletivos ou de núcleos, seja pela dinamização de campanhas específicas ou qualquer outro meio adequado às condições materiais e subjetivas existentes.

### **3. EMANCIPAÇÃO FEMINISTA E LGBTQIA +**

Todos os dias estamos expostxs a uma sociedade misógina, transfóbica, homofóbica. A objetificação e normatização do corpo como se este não pertencesse à pessoa que o possui e o constrói controlam e condicionam as pessoas que nos tornamos e a nossa emancipação. No entanto, é importante saber reconhecer as vitórias que fomos conseguindo: na legalização do casamento e adoção por parte de casais de pessoas do mesmo sexo, no alargamento da Procriação Medicamente Assistida a todas as mulheres, no enquadramento legal da gestação de substituição, na luta pelos direitos das pessoas trans.

Estas vitórias são um bom impulso para continuarmos nos diferentes combates, pelo reconhecimento total do direito à autodeterminação dos nossos corpos e identidades, pela despatologização das identidades trans, renovando o compromisso pela participação nos movimentos sociais e contestações por uma lei que dê a cada umx a soberania sobre o seu corpo, o seu género e o seu nome.

Mas a nossa luta tem de ir muito além de uma disputa de alterações legislativas. Reconhecemos que o preconceito grassa com a ignorância e partimos do direito inalienável que temos à emancipação e à igualdade. É necessário desconstruir, discutir de uma forma aberta e descomplexada, dinamizando debates, campanhas, espaços e contestações que deem presença e visibilidade pública às pessoas e aos grupos marginalizados.

Xs jovens do Bloco de Esquerda, pelo modo como se organizam, pelas iniciativas que promovem e pelas campanhas que constroem e divulgam, pretendem também criar uma cultura e prática feminista emancipatória. O machismo e o conservadorismo da nossa sociedade reproduzem-se em diversas formas e são transversais a todos os espaços, inclusive os nossos, sendo por isso essencial garantir a igualdade, sendo feministas em todas as práticas, e levar o feminismo a todas as lutas, porque a luta anticapitalista tem de ser interseccional.

### **4. SAÚDE**

A saúde é uma das garantias mais incontornáveis da qualidade de vida, não podendo ser deixada nas mãos dos privados nem sujeita aos aproveitamentos das seguradoras que transformam a insuficiência de resposta do Serviço Nacional de Saúde, fruto da falta de investimento público, numa fonte de rendimento própria.

Um Serviço Nacional de Saúde para as pessoas tem de se pautar por uma medicina preventiva, de qualidade, o que só se faz com recursos suficientes para que todxs possamos viver saudavelmente

sem recorrer aos serviços de saúde apenas em caso de última necessidade. Para isso, é preciso mais investimento com vista a modernizar os hospitais, centros de saúde, para contratar mais profissionais, de forma a garantir médicos de família para todos e diminuir o tempo de espera por consultas.

A saúde não se faz apenas entre paredes de consultório. É necessário garantir a informação relativa à saúde sexual, o que passa também por uma melhor e mais inclusiva Educação Sexual, pela distribuição gratuita de métodos contraceptivos e de prevenção de DSTs, sem discriminação, criando um ambiente seguro para que todos possamos viver de forma saudável a nossa sexualidade. É, aliás, importante que debatamos a relação entre saúde e pessoas LGBTQIA+ de forma a que ninguém seja obrigado a esconder-se, pondo em risco a sua saúde por motivos de conservadorismo e discriminação.

Defendemos um Serviço Nacional de Saúde gratuito, com capacidade para oferecer todos os cuidados de saúde necessários - a saúde não é um negócio, é um direito fundamental de todos sem critério de exclusão algum.

## **5. LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS**

Portugal foi o pioneiro Europeu na descriminalização das drogas, estabelecendo um exemplo mundial sobre a forma como o consumo deve ser encarado. Esta mudança foi fruto da consciência do falhanço que se revelou o proibicionismo, mas não chega.

Se há 16 anos o consumo de drogas, fossem elas leves ou duras, era considerado crime, hoje é tratado como doença por uma sociedade conservadora que nos tolha as liberdades individuais, que recrimina consumidores e promove consumos desinformados e irresponsáveis.

O proibicionismo entrega perigosamente o fabrico e gestão de drogas a grupos que em nada se preocupam com o bem-estar de quem as consome. Precisamente pela sua ilegalidade, a obtenção desinformada e ilimitada de drogas torna o consumo num problema de saúde pública: legalizar significa disponibilizar a segurança e informação necessárias a quem queira consumir, aproveitando ainda para sugar as fontes de rendimento das organizações de crime organizado ligadas ao tráfico.

Nos últimos anos, assistimos a importantes avanços no enquadramento legal das drogas, em particular as drogas consideradas leves. A legalização da cannabis, tanto para consumo medicinal como recreativo, é um passo óbvio e que não podemos deixar cair em moralismos. É importante que se agarre esta onda e se discuta, igualmente, como encarar o consumo de drogas duras, onde é urgente o reforço da promoção de consumos responsáveis e informados, o combate a dependências e o apoio à toxicodependência através da criação de salas de injeção medicamente assistidas.

## **6. DIREITO À HABITAÇÃO**

O direito à habitação tem de ser um direito humano universal. No entanto, os entraves monetários e o agravamento das condições de acesso à habitação têm tornado o alojamento digno e permanente um luxo para um grupo cada vez mais restrito.

O sobre-endividamento e os altos encargos financeiros ligados ao financiamento imobiliário, ao qual as famílias são forçadas a incorrer para poderem ter um teto, tem resultado no agravamento das situações de pobreza, no perigo iminente de despejo e num número crescente de pessoas sem casa. No caso dxs jovens, o problema agrava-se: com a precariedade instalada nas nossas vidas, as rendas assumem valores inoportáveis e o turismo massificado tem nos roubado o usufruto das nossas cidades, destruindo-nos a possibilidade de autossustento e de independência.

É premente combater um sistema que vê a habitação como um negócio de obtenção de rendas, ao mesmo tempo que têm de ser seriamente consideradas políticas públicas de ordenamento de território que impeçam a especulação imobiliária, que deixa tanta casa sem gente e tanta gente sem casa.

## 7. RACISMO

O racismo arrisca-se a ser uma avalanche no panorama internacional. Encontramo-nos hoje perante a perspectiva de uma Europa e de um mundo onde o racismo, o nacionalismo e a xenofobia são mais uma vez as forças dominantes no panorama político.

Trump, Marine Le Pen, Órban, são sintomas de uma maré conservadora que se alimenta do desespero causado por décadas de políticas neoliberais. Apenas a solidariedade entre povos e lutas permitirá travar essa ofensiva.

Já em Portugal, onde essa maré ainda não chegou, o racismo é ainda assim uma realidade constante. A mentalidade colonial nunca foi abandonada, e as condições materiais que perspectiva para as minorias concretizam-se diariamente pelas pressões do modo de produção capitalista. Para nós, colonialismo bom é o colonialismo morto, e é nesse caminho que queremos seguir.

Nesse sentido, importa combater a marginalização das comunidades afrodescendentes, imigrantes, ciganas e outras. Um exemplo particularmente claro desta marginalização são os despejos na Amadora, onde a recente destruição de casas de famílias mais suscetíveis, na sua maioria imigrantes, foi feita sem existência de uma alternativa digna de habitação para todas as pessoas que lá viviam, em prol de um fundo imobiliário. Algo que ilustra bem como o mastigar inexorável do capitalismo sobre vidas de todxs xs que dependem do trabalho para viver é ainda mais cruel para quem faz parte destas comunidades.

Existem muitas outras formas de discriminação e agressão racista. De programas escolares eurocêntricos, que propagam a narrativa salazarenta dos “Descobrimentos”, à discriminação no mercado trabalho, aos impedimentos à habitação, em particular à comunidade cigana, aos entraves à naturalização, a violência policial, etc. Toda e cada uma destas formas de agressão tem de ser combatida de um modo resolutivo.

Empenhar-nos-emos na desconstrução dos mitos racistas e xenófobos, em prol de uma sociedade diversa e justa onde ninguém é estrangeirx. Defendemos que quem nasceu em Portugal, quem cá vive ou queira viver, deve ter nacionalidade portuguesa. Temos noção que esse combate é feito também nas instituições, mas sobretudo nas ruas e nos bairros, onde esse confronto é direto, cara a cara com a realidade. Importa dar um apoio desinteressado às comunidades afetadas e às suas organizações, para que se tornem cada vez mais agentes ativos na sua própria emancipação.

## 8. DIREITO AO EMPREGO

Durante os anos da troika e governo PSD/CDS, o aumento da precariedade foi gritante: hoje em dia 1/3 da população ativa tem empregos precários. Xs jovens são a faixa etária mais afetada, com níveis de desemprego e pobreza crescentes. Generalizou-se a chamada geração nem-nem, onde não se consegue estudar, mas também não se tem emprego.

A relação de exploração entre patrão e trabalhador agravou-se. Hoje é a empresa que define os termos do emprego, fazendo crescer a seu bel prazer o número de trabalhos parciais, a termo, temporários, a recibos verdes, onde a relação contratual com quem emprega e a proteção social para quem trabalha são muito fracas, se não inexistentes.

As políticas ativas de emprego que têm sido promovidas compactuam com estes ataques à dignidade humana, desvalorizando as formas de contratação coletiva que garantiam que esta relação de forças fosse feita de forma menos injusta e mais equitativa. Estes ataques passaram por promover estágios mal remunerados, falsos estágios e contratos de emprego inserção (CEI) que remetem xs jovens para uma precariedade sem fim, ao mesmo tempo que mascaram o verdadeiro nível de desemprego, abrindo ainda espaço para que empresas que paguem o salário mínimo possam ser premiadas com reduções de taxas.

É necessário romper com todas as formas de precariedade no mundo do trabalho, alterando as legislações que as promovem e legitimam. É necessário rever as políticas ativas de emprego para que o desemprego possa ser realmente medido e mitigado - não queremos estágios sem fim, não queremos mais apoios a um empreendedorismo retorcido enquanto os direitos totais para xs trabalhadorxs não forem restabelecidos.

É necessário que quem trabalha e/ou quer trabalhar se organize; não apenas no modelo tradicional de sindicatos, mas na criação de movimentos de trabalhadorxs em cada local e setor, capazes de responsabilizar os governos vigentes e as empresas- queremos recuperar o poder negocial e trazer de volta as vidas dxs trabalhadorxs.

## 9. ORGANIZAÇÃO

A Coordenadora Nacional de Jovens deve desempenhar um papel impulsionador na intensificação dos contactos entre ativistas de diversas geografias, concedendo um apoio logístico e organizativo que poderá ser fundamental e que recusa qualquer tipo de controlo sobre os movimentos sociais.

Deverão ser dinamizadas campanhas nacionais que mobilizem xs militantes, identificando soluções alternativas que deem corpo às várias lutas da esquerda. A Coordenadora Nacional de Jovens deverá igualmente procurar criar todas as condições para um maior envolvimento dxs militantes de base de todo o país.

Por um lado, deve-se constituir um meio de comunicação entre xs jovens das várias regiões e, por outro, apoiar a criação de núcleos de jovens por todo o país, dando-lhes força política e tornando possível que iniciativas locais possam ser replicadas em todo o país, do litoral ao interior. Todo este trabalho deverá ser acompanhado de um reforço do apoio logístico do partido, considerando que a CNJ, pela sua constituição, não conseguirá responder a todas as solicitações.

Assim, a Coordenadora Nacional de Jovens propõe-se a dar seguimento às seguintes iniciativas:

- Criação de manual de desobediência civil / sobrevivência anticapitalista;
- Apoio a movimentos e coletivos que militem nas causas que o Bloco de Esquerda se propõe defender. Este apoio, logístico ou de outra natureza, terá de ser desinteressado, rejeitando qualquer tipo de controle e quebra na autonomia de cada organização;
- Dinamização de campanhas nacionais de grande âmbito, tais como:
  - Campanha nacional contra a precariedade jovem;
  - Campanha nacional pelo fim das propinas;
  - Dinamização de espaços organizados de luta feminista e LGBTQIA+;
- Criação de uma newsletter de 6 em 6 semanas, que inclui minutas das reuniões da CNJ, Pão e Cravos, textos políticos da CNJ, eventos e contactos;
- Criação de uma plataforma digital comum a todxs xs militantes por forma a garantir trocas de informação de ativismos mais frequente e ágil;
- Estimulação da ligação com outros grupos setoriais do Bloco de Esquerda para construir ação conjunta;
- Promoção de reuniões da CNJ nos vários distritos, incentivando o contacto com militantes locais;
- Criação de um blog para uma edição estendida do Pão e Cravos;
- Garantia de um contato regular com os diversos locais, responsabilizando xs membros da CNJ por esse contato em cada distrito/local;
- Discussão da presença em fóruns internacionais e trocar contactos com outras organizações internacionais para que camaradas que estejam a estudar/trabalhar/viver em Portugal possam trocar experiências de ativismo e participar na construção do Bloco e vice-versa;
- Elaboração de planos de atividades semestrais e realização dos respetivos balanços da atividade da CNJ;
- Divulgação da Ordem de Trabalhos antes das reuniões da coordenadora para que os locais onde há organização possam enviar contributos para o debate ou sugerir pontos para discussão;
- Co-participação na organização das brigadas de verão;
- Manutenção da organização do Liberdade e Inconformação, tentando melhorar cada vez mais estes espaços através dos contributos de todxs xs que participam.
  - Neste âmbito, a CNJ irá ponderar a possibilidade, sempre que possível, de descentralizar os debates do Inconformação e estendê-los no tempo
  - A CNJ deverá procurar realizar um evento complementar ao Inconformação, que seja virado para o ativismo contra-cultural numa lógica não-mercantil, pondo em contacto projetos autónomos anti-hegemónicos
- Realização do Encontro Nacional de Ativistas em 2018.

# LISTA X

Sara Santos nº 9779 Porto  
Izaura Solipa nº 11048 Santarém  
João Rodrigues nº 10538 Lisboa  
Mafalda Escada nº 10517 Lisboa  
Luís Monteiro nº 6393 Porto  
Catarina Alves nº 11441 Porto  
Mariana Garrido nº 12097 Coimbra  
Ricardo Gouveia nº 9357 Lisboa  
Inês Bom nº 10414 Setúbal  
Margarida Rolo nº 11687 Braga  
Xavier Gaspar nº 11051 Leiria  
Andreia Quartau nº 11049 Lisboa  
Diogo Alexandre nº 12249 Setúbal  
Ana Martins nº 6425 Lisboa  
Fábio Capinha nº 11675 Leiria  
Manuel Fernandes nº 11068 Porto  
Diego Garcia nº 11602 Viseu  
Filipa Menezes nº 10939 Santarém  
Francisco Pascoal nº 12538 Santarém  
Diogo Henriques nº 12424 Madeira

## SUBSCRITORXS

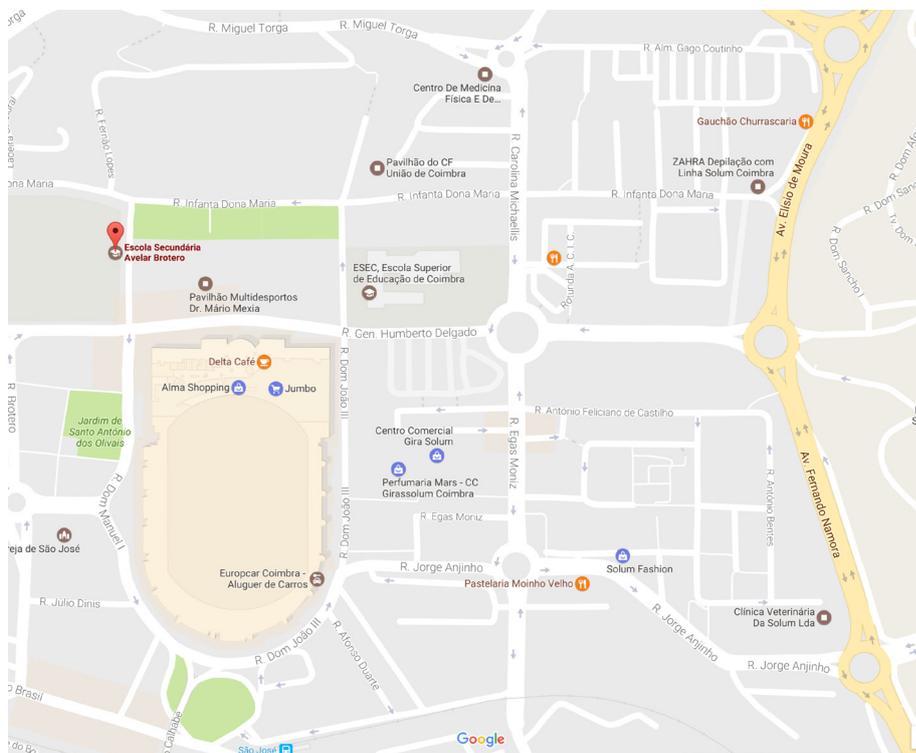
Afonso Moreira, 10022, Lisboa  
Alexandra César, 12749, Porto  
Amarílis Felizes, 9877, Porto  
Ana Barbara Pedrosa, 6447, Braga  
Ana Martins, 6425, Lisboa  
Ana Rita Ensina, 12724, Setúbal  
Ana Rosa, 9702, Leiria  
Ana Teresa, 11749, Lisboa  
André Nogueira, 11211, Porto  
André Rodrigues, 11874, Lisboa  
André Santos, 9954, Aveiro  
Andreia Quartau, 11049, Lisboa  
António Gil Cucu, 9690, Porto  
Beatriz Arnedo, 11828, Setúbal  
Beatriz Farelo, 12474, Lisboa  
Bruno Pereira, 12193, Viseu  
Carolina Vieira, 12407, Lisboa

Catarina Agreira, 12533, Coimbra  
Catarina Alves, 11441, Porto  
Catarina Galego, 12105, Lisboa  
César Sousa, 11666, Aveiro  
Cíntia Cardoso, 8170, Lisboa  
Cláudia Valente, 12813, Aveiro  
Diego Garcia, 11602, Viseu  
Diogo Alexandre, 12249, Setúbal  
Diogo Almeida, 11617, Porto  
Diogo Carvalho, 12231, Leiria  
Diogo Henriques, 12424, Madeira  
Diogo Sousa, 11767, Madeira  
Duarte Vaz de Barros, 10351, Aveiro  
Eduardo Marques, 6446, Viseu  
Elina Grecova, 11453, Faro  
Fábio Capinha, 11675, Leiria  
Filipa Menezes, 10939, Santarém  
Filipe Teles, 11832, Lisboa  
Francisco Félix, 12601, Lisboa  
Francisco Pascoal, 12538, Santarém  
Gisela Carvalho, 12310, Porto  
Gonçalo Cabral Ferreira, 8568, Porto  
Gonçalo Mota, 10657, Porto  
Gonçalo Pessa, 8545, Lisboa  
Henrique Vicente, 10481, Leiria  
Inês Bom, 10414, Setúbal  
Inês Fogageira, 12023, Porto  
Inês Ribeiro, 9412, Lisboa  
Inês Santos, 5334, Lisboa  
Inês Tavares, 9721, Lisboa  
Isabel Pires, 6734, Lisboa  
Izaura Solipa, 11048, Santarém  
Joana Pires, 11465, Lisboa  
Joana Soares, 12229, Porto  
João Cosme, 8884, Coimbra  
João Martins, 12136, Porto  
João Mineiro, 6566, Lisboa  
João Neto, 10871, Viseu  
João Rodrigues, 10538, Lisboa  
Jorge Santos, 7882, Porto  
Jorge Ventura e Sá, 11877, Aveiro  
Luís Gabriel Fernandes, 11858, Aveiro  
Luís Monteiro, 6393, Porto

Luísa Silva Gomes, 10592, Porto  
Mafalda Escada, 10517, Lisboa  
Manuel Fernandes, 11068, Porto  
Manuel Lourenço, 12315, Lisboa  
Manuel Magalhães, 12520, Leiria  
Marcelo Sá Andrade, 10840, Aveiro  
Márcia Pereira, 12093, Lisboa  
Margarida Rolo, 11687, Braga  
Maria Francisca Ferreira, 10795, Guarda  
Maria Francisca Pinto, 12577, Porto  
Maria Lebreiro, 11484, Porto  
Mariana Garrido, 12097, Coimbra  
Mariana Gomes, 10023, Castelo Branco  
Mariana Olho Azul, 12554, Lisboa  
Mariana Rego, 10446, Porto  
Marlene Santos, 12084, Porto  
Marta Costa, 11157, Setúbal  
Marta Fonseca, 11161, Setúbal  
Marta Giesta, 9884, Porto  
Mateus Sadock, 12406, Leiria  
Micaela Jesus, 11350, Setúbal  
Miguel Gomes, 12080, Lisboa  
Miguel Magalhães, 11377, Lisboa  
Miguel Pereira, 12203, Lisboa  
Miguel Pinheiro, 10360, Faro  
Pedro Abrantes, 12391, Viseu  
Pedro Alves, 10062, Aveiro  
Pedro Bento, 12185, Castelo Branco  
Pedro Cortez, 11530, Lisboa  
Rafael Fernandes Boulair, 10214, Porto  
Raquel Jesus, 11459, Porto  
Ricardo Gouveia, 9357, Lisboa  
Ricardo Silva, 12078, Santarém  
Rosalina Silva, 12040, Porto  
Salomé Ventura, 12493, Aveiro  
Samuel Cardoso, 9828, Lisboa  
Sandra Góis, 11006, Santarém  
Sara Santos, 9779, Porto  
Sara Schuh, 9088, Lisboa  
Sérgio Veloso, 12613, Braga  
Tiago dos Santos, 12710, Porto  
Valérie Branco, 7045, Viana do Castelo  
Vanessa Abreu da Silva, 10190, Aveiro  
Xavier Gaspar, 11051, Leiria

# INFORMAÇÕES ÚTEIS

## MAPA



Apelamos a que levem saco-cama e colchonete para as dormidas no ginásio. Existem balneários com água quente, mas tens que levar toalha e restantes utensílios.

Para o dia 17, apelamos a que leves comida pois não conseguimos garantir a mesma.

### INFO DE PREÇOS DE REFEIÇÕES (EXISTIRÁ OPÇÃO VEGANA):

10€ - 3 REFEIÇÕES (ALMOÇO DE SÁBADO, JANTAR DE SÁBADO E ALMOÇO DE DOMINGO)

3,5€ - CADA REFEIÇÃO SEPARADAMENTE

# CALENDÁRIO DE DEBATES:

**23 DE FEVEREIRO:** Data limite de entrega de moções e listas

**11 DE MARÇO:** Data limite de entrega de textos de contributo

**3 A 12 DE MARÇO:** Debates preparatórios entre as listas nos vários distritos

**4 DE MARÇO** 21h Leiria (sede distrital)

**4 DE MARÇO** 18h Aveiro (sede distrital)

**7 DE MARÇO** 21h Porto (sede distrital)

**10 DE MARÇO** 21h Santarém (sede distrital)

**10 DE MARÇO** 21h Setúbal (sede distrital)

**11 DE MARÇO** 21h Coimbra (sede distrital)

**11 DE MARÇO** 18h Lisboa (sede nacional, na Rua da Palma)

**18 E 19 DE MARÇO:** VI Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

Apelamos a que te inscrevas **aqui**, participes nos debates e envia o teu texto contributo! Por lapso, estava anteriormente referido no calendário simplificado que a data limite para o envio dos textos de contributo era dia 12 de março mas, tal como diz no regulamento, a data-limite é dia **11 de março**.

Caso tenhas alguma dúvida, comentário ou pedido, envia mail para **[cocjovens2017@bloco.org](mailto:cocjovens2017@bloco.org)**